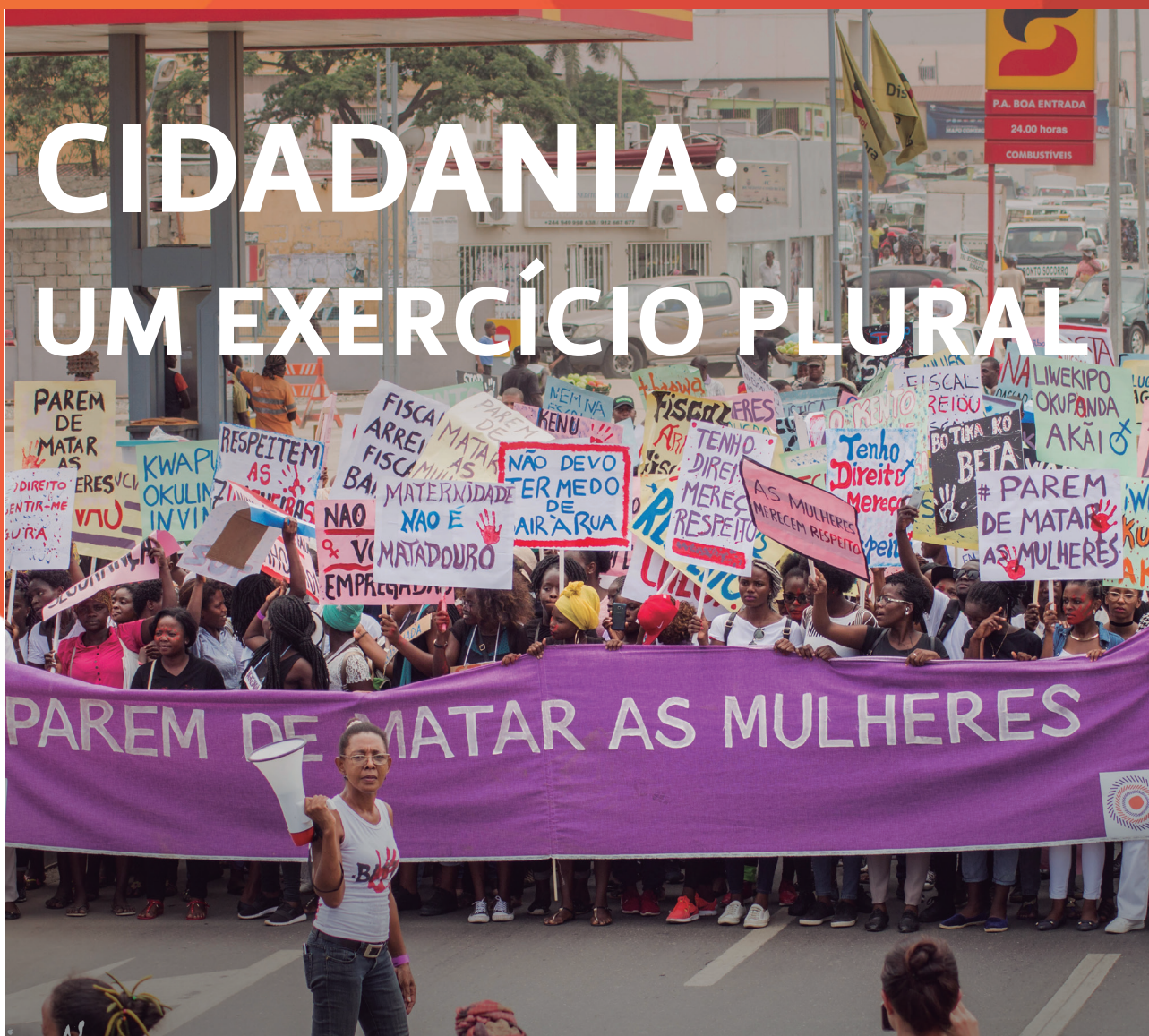


## CIDADANIA: UM EXERCÍCIO PLURAL



**TERESA ASPIRANTE**  
Figura em Destaque - Pág. 09

**ALEXANDRA SIMEÃO**  
Entrevista - Pág. 14

**EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA:  
POSSIBILIDADES NO CONTEXTO  
ANGOLANO**  
Reflectindo - Pág. 18



## MOSAIKO inForm

### FICHA TÉCNICA

#### PROPRIEDADE

MOSAIKO | Instituto para a Cidadania

NIF: 7405000860

Nº DE REGISTO: MCS - 492/B/2008

#### DIRECÇÃO

Júlio Candeeiro, op  
Mário Rui Marçal, op

#### SUPERVISÃO

Cecilia Prudencio

#### REDACÇÃO

Maria de Jesus Tavares

#### COLABORADORES

Cecilia Quitombe  
Cesaltina Abreu  
Deonilde da Graça  
Djamila Ferreira  
Édmio Makundi  
Esther Pariente Martinet  
Vitor Barbosa

#### MONTAGEM GRÁFICA

Gabriel Kahenjengo

#### CONTACTOS

Bairro da Estalagem - Km 12 | Viana  
TM: (00244) 990 775 815  
TM: (00244) 929 775 815  
Caixa Postal 2304 - Luanda | Angola  
E-mail: [mosaiko@mosaiko.op.org](mailto:mosaiko@mosaiko.op.org)  
[www.mosaiko.op.org](http://www.mosaiko.op.org)  
[www.facebook.com/MosaikoAngola](https://www.facebook.com/MosaikoAngola)

#### IMPRESSÃO

Damer Gráficas SA - Luanda

TIRAGEM: 2500 exemplares

#### DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Os artigos publicados expressam as opiniões dos seus autores, que não são necessariamente as opiniões do Mosaiko | Instituto para a Cidadania.

#### COM O APOIO



NORWEGIAN CHURCH AID  
actalliance

## índice

MOSAIKO INFORM 38

TEMA: CIDADANIA: UM EXERCÍCIO PLURAL

PÁG. 03 *editorial*  
Júlio Candeeiro, op

PÁG. 04 *informando*  
Cidadania em Angola  
Cesaltina Abreu

PÁG. 06 *notícia*  
Casos de resolução de conflitos extrajudicial | Deonilde da Graça

PÁG. 07 *figura em destaque*  
Teresa Aspirante | Djamila Ferreira

PÁG. 08 *construindo*  
Boas praticas de exercício da cidadania  
Vitor Barbosa

PÁG. 10 Cidadania múltipla, avanços múltiplos  
Esther Pariente Martinet

PÁG. 12 *entrevista*  
Alexandra Simeão | Maria de Jesus Tavares e António Gongga

PÁG. 16 *reflectindo*  
Educação para a cidadania: Possibilidades no contexto angolano  
Cecilia Quitombe

PÁG. 18 Cidadania, um exercício necessário para o nosso tempo  
Édmio Makundi

PÁG. 20 *breves*

“ A CIDADANIA EXIGE UMA SOLIDARIEDADE A TODOS OS NÍVEIS. ORA A SOLIDARIEDADE SÓ SE REALIZA QUANDO TODOS OS SERES HUMANOS PARTICIPAM DO CONJUNTO DOS BENS DISPONÍVEIS POIS OS BENS SÃO DE TODOS E PARA TODOS. ”

CEAST





## editorial

### Estimado leitor/a

A cidadania é, normalmente, definida como o conhecimento, a consciência e o gozo de direitos, e a responsabilidade por cumprir com seus deveres. A Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece igualdade de Dignidade desde a nascença. Todos nascem iguais em Dignidade e em Direitos (Art.º 1). Ora, na Carta Universal dos DH está proibida a limitação ou privação do direito a gozar dos direitos pautados na DUDH. Realmente, a cidadania plural pressupõe também acabar com os limites e as restrições ao exercício da cidadania e, muito mais ainda, promover mecanismos que estimulem e facilitem o exercício da cidadania por todos.

Em Angola até bem pouco tempo, o exercício dos nossos direitos enquanto cidadãos estavam confinados à esfera Político-partidária. Apesar dos sinais de abertura manifestados pelo novo governo, ainda temos um deficit democrático nas instituições públicas, sobretudo a nível local. Os limites constitucionais para candidaturas independentes.

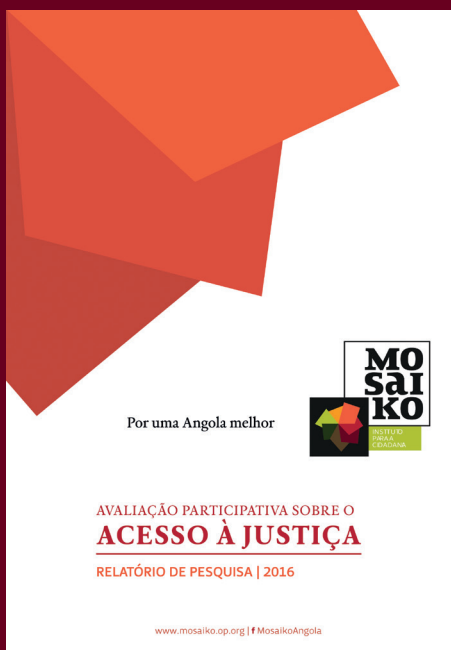
Ao pensar numa edição dedicada a cidadania activa, o Mosaiko quer desafiar os leitores do Mosaiko Inform a reflectirem sobre as suas atitudes em relação à cidadania, levando-os a pensar no seu grau de envolvimento na melhoria do que a todos pertence. Falar de cidadania é

falar da nossa origem comum e do nosso destino comum. Por isso, uma cidadania activa compromete-nos com o cuidado ou falta de cuidado prestados ao bem comum, numa sociedade feita por verdadeiros cidadãos é proibida a indiferença porque o que é de todos é tratado por todos.

Colaboraram na presente edição, a Cesaltina Abreu com um texto sobre a Cidadania em Angola, o Vitor Barbosa para falar de boas práticas do exercício da cidadania desde uma perspectiva local e a Esther Pariente desde uma perspectiva internacional, a Djamila Ferreira retrata-nos a vida de uma das muitas mulheres guerreiras angolanas no figura em destaque e, para reflectir sobre o exercício da cidadania escreveram para a nossa revista, o Édmio Macundi e a Cecilia Quitombe.

Seja um cidadão, uma cidadã. Faça a sua parte e pare de ficar à espera que o mundo mude sem o seu contributo. Se quer que as coisas melhorem, comece por si, participe, envolva-se mais.

*Julio Gonçalves Candeeiro, op*



Para obter o  
seu exemplar  
contacte:  
929 775 815

[mosaiko@mosaiko.op.org](mailto:mosaiko@mosaiko.op.org)

[www.mosaiko.op.org](http://www.mosaiko.op.org)



# informando

## CIDADANIA EM ANGOLA

*Cesaltina Abreu*

A cidadania é o conjunto dos direitos e dos deveres de um indivíduo que lhe permitem intervir na direcção dos assuntos públicos do Estado, participando de modo directo ou indirecto na formação do governo e na sua administração: ao votar (directo) ou ao concorrer a um cargo público (indirecto). Ao longo do tempo, diversas gerações de direitos foram incorporados à noção de cidadania: os direitos de 1ª geração - direitos civis e políticos e os direitos de 2ª geração, os direitos sociais.

A cidadania, definida pelos princípios da democracia, constitui-se na criação de espaços sociais de luta (movimentos sociais) e na definição de instituições permanentes para a expressão política (partidos, órgãos públicos), significando necessariamente conquista e consolidação social e política.

Na mobilização dos direitos civis com vista à expansão e reforço da cidadania, mas não mais uma cidadania atribuída, passiva e estática, são perceptíveis três sentidos a dar à Cidadania do século XXI:

- ▶ Da condição/categoria estática, passiva, de conteúdo atribuído, definitivo, constitucional, para uma cidadania politicamente activa, em constante construção de conteúdos e estratégias de reforço e de afirmação;
- ▶ Do conceito teórico da ciência política para as dimensões relacionadas com a extensão pluridisciplinar e holística dos direitos humanos e civis;
- ▶ Da percepção individual para construções colectivas e plurais de grupos, associações e movimentos sociais, nomeadamente do direito à participação nos processos de tomada de decisão, de serem ouvidos, de serem parte...

A expansão dos direitos de cidadania passa pela criação de oportunidades de acesso a bens colectivos e serviços públicos numa base universal, o que implica,

para além das intervenções junto do executivo e do legislativo para adequação das políticas públicas às necessidades da população, diversas mudanças nas intervenções da sociedade civil como melhor organização, maior conhecimento das “*causas públicas*”, sua problematização, possíveis soluções, objectivos a alcançar e estratégias para o conseguir.

À Angola democrática, moderna e próspera, do discurso oficial, opõem-se as questões da modernidade socioeconómica e de cultura cívica e os consequentes dilemas da acção colectiva. Democracia é um modo de governação a que está subjacente a representatividade do povo; sendo a população composta de homens e mulheres, a participação representativa deveria implicar um engajamento numericamente equilibrado e constante de mulheres e homens.

Democracia não é apenas um sistema político, é um modo de vida e de convivência com os outros. O processo de construção de democracia numa sociedade pressupõe a escolha do tipo de democracia (eleitoral, consultiva, participativa, etc.) e a capacitação dos seus cidadãos para a participação na governação, a tomada de consciência e o exercício dos direitos, deveres e responsabilidades. Aprender a expor ideias em público e a fazer-se ouvir, saber escutar e aprender com os outros, expor as suas opiniões e assumir as suas responsabilidades, obter informação e a partilhá-la, tomar decisões, debater, comunicar, gerir conflitos, são algumas das competências que podem ser adquiridas através de políticas públicas que estimulem a vida associativa e a participação.

Nesta perspectiva, Angola tem um sistema multipartidário, mas chamar-lhe democracia é ignorar a essência do conceito. Num contexto social marcado pela desigualdade e estratificação social muito acentuada tanto os movimentos sociais quanto as mais variadas formas de associação, se mostram incapazes de promover solidariedade cívica e reforçar directamente a



democracia. Nestas condições, a significativa parcela da população que é excluída da cidadania carece não só dos meios, mas principalmente da vontade de participar em acções colectivas, que conduzam à criação da solidariedade cívica.

Os motivos que levam algumas pessoas a serem activas e outras não, serão melhor entendidos se invertemos a pergunta usual e indagamos as razões que levam as pessoas a não participar politicamente, razões que, em geral, se agrupam em três tipos de respostas: porque não podem, porque não querem ou porque ninguém pediu.

### ACÇÃO COLECTIVA E ACTORES SOCIAIS

Quer na formulação teórica quer na vida prática, a produção da acção colectiva não é fácil. A procura de mecanismos de resolução das questões da vida social através da participação constante implica custos para os actores, sendo necessários incentivos selectivos, através dos quais seja possível a sua mobilização, pelos ganhos marginais que possam alcançar com ela.

### EM JEITO DE CONCLUSÃO

A predominância de sistemas verticais, pouco propensos ao fortalecimento da cultura cívica, com relações hierárquicas rígidas, define sistemas de dependência que impedem a criação de solidariedade e se manifestam numa pouco intensa vida pública.

Continuam visíveis os traços da separação entre cidadãos e não-cidadãos, entre o urbano e o rural, entre o direito com base na constituição e o direito com base nos sistemas de valores, caracterizando mundos que não se reconhecem como fazendo parte de uma mesma sociedade e que se tornam cada vez mais incomunicáveis à medida em que as desigualdades sociais acentuam as diferenças nos modos de viver, estar e comunicar, e que a ausência de descodificadores semânticos torna ainda mais distantes.

A reversão desta situação exige a criação de um ambiente propício à mudança política, económica e so-

cial, o respeito e a implementação dos postulados constitucionais de democratização e de desenvolvimento da sociedade angolana numa base universal e inclusiva, começando pela criação das bases políticas e legais de consolidação do Estado Democrático de Direito.

A promoção de debates no espaço do público sobre questões de interesse de todos, e a criação de oportunidades de participação dos cidadãos e suas organizações nos processos deliberativos dos poderes executivo e legislativo aos diversos níveis da administração pública constituem responsabilidades do Estado angolano perante uma sociedade ávida de paz e bem-estar social e de uma vida normal após uma prolongada guerra civil.

---

*Democracia não é apenas um sistema político, é um modo de vida e de convivência com os outros.*

---

Os indivíduos, grupos e organizações da sociedade precisam recriar os meios para influenciar e intervir no espaço público angolano, adoptando estratégias de luta emancipatória visando o acesso e uso efectivo dos direitos de associação, de reunião e de expressão numa base universal, o acesso aos meios de comunicação social e às fontes de informação.

A construção da democracia participativa exige governantes sérios e responsáveis, mas também cidadãos informados, capazes de argumentar e de participar, activos e organizados para se constituírem uma força com potencial de transformação política.

Para isso, contudo, é necessário construir alianças, trabalhar em conjunto, buscar convergências e formas de entendimento, e aprender a lidar com as divergências, o que implica debate, negociação e inclusão da opinião e da participação de todos os angolanos. ●

# notícia

## CASOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EXTRAJUDICIAL

Deonilde da Graça

O Mosaiko está a implementar o projecto “Capacitação de Grupos Locais de Direitos Humanos (GLDH) para reforçar a participação democrática em Angola”. Para tal, realizou uma formação em resolução de conflitos em duas fases. Uma entre Fevereiro e Março e a outra no mês de Novembro de 2017. Participaram da formação 29 membros de GLDH com os quais o Mosaiko trabalha em diferentes províncias do país.

Através de técnicas específicas de resolução extrajudicial de conflitos, os participantes aprenderam a desenvolver a temática da arbitragem, conciliação, mediação e negociação, tendo presente que os conflitos fazem parte da vida e como tal, surgem com frequência no nosso quotidiano e nem sempre são judiciais.

Sete meses depois dessa capacitação os beneficiários directos, fruto das aprendizagens tiradas da formação, começaram a apresentar casos resolvidos. Destes, partilhamos um caso que aconteceu no sector do Cafunfo município do Cuango, província da Lunda-norte.

O caso envolve as famílias de uma viúva doméstica e do falecido marido.

A Jovem viúva depois do óbito do marido foi devolvida à família como manda a tradição, disse o avô. Passados 6 meses a jovem adoeceu, e a família levou-a ao hospital, mas, como não melhorava, a família da jovem pediu o auxílio da família do falecido marido, acusando-os de terem contribuído para doença da jovem mulher pelo facto de lhe terem recebido a casa e o dinheiro que o marido tinha deixado.

Os familiares do falecido marido resolveram devolver a casa e 400 USD em dinheiro. O que segundo a família da jovem, já era tarde, porque a jovem acabou por falecer deixando assim 5 órfãos..

Revoltada com a situação, a família da jovem resolveu agredir fisicamente o irmão, o tio e o avô do marido. Dois meses depois, morre o primeiro filho do casal. A situação entre as famílias foi ficando cada vez mais tensa, com promessas de morte.

Então, os familiares do falecido, procuraram pela comissão paroquial de justiça e paz de Cafunfo para apaziguar a situação.

O grupo reuniu as duas famílias na sede da comissão para ouvir e em conjunto procurarem solução para o problema. A família do marido reconheceu que tinha cometido um erro. Por isso voluntariamente o cunhado, o tio e o avô pediram desculpas mostrando-se arrependidos pelo acto.


A família pediu uma multa “queremos a nossa filha viva, se não, nós não desculpamos ou nos dão um dinheiro avaliado em 100.000 USD”, disse o tio.

O outro lado tentou negociar, mas sem sucesso.

Na sua intervenção o grupo apelou à família da senhora que tivesse em conta o facto da outra família ter reconhecido o erro e se mostrar disposta a resolver a situação. A família da senhora aceitou.

O grupo propôs a realização de um almoço como ritual tradicional de conciliação entre as partes para enterrar o assunto de vez.

Segundo o membro do grupo que acompanhou o caso, não foi tão fácil de resolver esta situação dado a complexidade do problema. As pessoas já não se falavam, havia acusações de feitiçaria...

Mas, hoje as duas famílias convivem e cuidam dos quatro filhos do falecido casal. 



*Má té  
A carpinteira dos Direitos  
Humanos*

## *figura em destaque* **TERESA ASPIRANTE**

*Djamila Ferreira*

Será um dos maiores nomes da história da luta pelo direito ao registo de nascimento e educação em Angola. Tereza Manuel Aspirante, 51 anos, casada, nasceu no Município sede da Província de Malanje, tal como os seus pais. Seguiu os passos do esposo na carpintaria de bancos, e zunga-os por toda cidade, os seus filhos também zungam à procura do pão que mata a fome, *“essa é uma profissão que nunca vamos perder porque é transmitida de nós para os nossos filhos”*.

Actualmente responde pela Associação Mulher Raiz da Vida situada na Comuna do Kalawenda, Município do Cazenga, Província de Luanda. *“Na minha comuna é possível encontrar uma família com dez crianças sem registo e sem acesso à escola”*. O trabalho dela, inspirou um dos filhos a escolher o curso de professores que frequenta actualmente e a organizar explicação gratuita na comunidade, Má Té como é carinhosamente chamada, ajuda mulheres e crianças a fazerem o registo de nascimento e a ter acesso à escola, *“a maior parte das pessoas que me procuram para fazer esse trabalho são as mulheres viúvas e jovens órfãos”*, para Ma Té o registo e os estudos são tão importantes como o ar que respiramos.

Um dos grandes motivos que a fez interessar-se pelo registo das pessoas é o facto de há seis anos ter conseguido fazer o seu próprio registo de nascimento, pois quando se disponibilizou para ser voluntária da

Associação não possuía nenhum documento que a identificasse como pessoa e como angolana.

Era uma mulher muito violenta, a sua ocupação era beber e brigar com o seu esposo. Conta que certo dia chegou a recorrer a polícia para denunciar o esposo pela fraca prestação de alimentos à família, mas perdeu a causa porque os seus filhos testemunharam a favor do pai, *“desconfio que seja por causa da bebida por isso eu parei de beber e reflecti, procurei uma coisa mais importante para dedicar a minha vida foi então que conheci uma amiga chamada Estrudes, ela é que me mostrou a Associação Mulher Raiz da Vida aonde estou até hoje”*. A associação faz trabalhos de empoderamento das mulheres e promove o empreendedorismo na comuna do Kalawenda.

Considera um grande desafio inspirar os jovens a promover trabalhos sociais, pois eles veem este trabalho como um trabalho que não dá lucro. Mas todos os dias no seu trabalho, ama, e com amor luta pelo registo de milhares de crianças do Município do Cazenga. Há 6 anos que participa do Conselho de Auscultação Social do seu município e consegue a colaboração da Administração Municipal e da loja de Registo do Kalawenda no processo de registo das crianças e, assim inseri-las na escola, por isso lhe chamamos Ma Té, carpinteira dos Direitos Humanos. ●



# construindo BOAS PRATICAS DE EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Vitor Barbosa

Entendendo o exercício da cidadania como sendo o cidadão a viver com base em seus direitos e deveres, pressupõe estar informado, ter formação, motivação atitude e realização de acções concretas não apenas no meio em que vive, mas numa perspectiva mais ampla, nacional, regional e mesmo mundiais.

O exercício da cidadania não responde só as aspirações do cidadão e dos grupos, os estados precisam de cidadãos conscientes e activos, devem assumir a sua responsabilidade para garantir uma educação inclusiva, equitativa, de qualidade e que proporciona aprendizagem ao longo da vida conforme o objectivo 4 dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável. Para que o cidadão esteja informado, os detentores de cargos públicos assim como outros funcionários e demais trabalhadores, devem assumir o dever de informar, por outras palavras, o direito à informação implica dever de informar.

O défice em economia e finanças são maus para o país, porém, o défice em cidadania é muito pior, quando mulheres e homens exercem cidadania, lutam por seus direitos, pelos direitos de pessoas e grupos, protegem o bem comum, desenvolvem o

---

*Quem exerce cidadania não fica à espera que as coisas aconteçam, reflecte sobre a sua rua, escola, bairro, comuna, município, província, país e o mundo, tem uma opinião crítica, reconhecendo o que está bem e pressionando ...*

---

pensamento crítico reflectindo sobre as politicas públicas, projectos e programas e ao assumirem publicamente sua opinião estão também a assumir sua responsabilidade. Quem exerce cidadania não fica à espera que as coisas aconteçam, reflecte sobre a sua rua, escola, bairro, comuna, município, província, país e o mundo, tem uma opinião crítica, reconhecendo o que está bem e pressionando para que se melhore ou corrija o que está mal.

Para que o exercício da cidadania produza os efeitos desejados, é preciso cultura de direitos humanos e democracia, pois é fundamental que cada um compreenda que só se é humano com os outros humanos, a democracia permite não apenas expressar os pensamentos, opiniões e desejos, mas também ouvir e compreender os outros, permite ainda identificar não apenas problemas comuns, mas também as potencialidades para ultrapassar os problemas e responder as aspirações das pessoas.

Boas práticas de exercício de cidadania.

Na família, as crianças devem ser encorajadas a expressar suas ideias e pensamentos devendo os adultos demonstrar que respeitam e aproveitam as ideias. É preciso que as crianças e os adultos sintam que a verdade e o que é certo não é uma propriedade dos mais velhos, dos que estudaram mais ou dos chefes.



A escola, lugar privilegiado para formar cidadãos, estará a cumprir tal missão quando vai para além da educação patriótica pois, esta até pode muitas vezes levar ao xenofobismo, mas se tiver como disciplina educação cívica para o exercício da cidadania global, faz na mesma educação patriótica e contribui para a tomada de consciência de que somos cidadãos do mundo, as coisas boas e más que acontecem noutros países repercutem-se no nosso

Nas comunidades, se os CACS funcionassem, mesmo como Conselhos de Auscultação e Concertação Social, as decisões aí tomadas seriam sentidas pelos envolvidos como sendo suas e não apenas da administração. Tem faltado a concertação, fica-se pela auscultação.

Boas práticas de exercício da cidadania são sem dúvida aquelas praticadas por pessoas e grupos que ao sentirem-se indignadas perante injustiças sociais, agem para inverter tal situação, são os que defendem os direitos das crianças, mulheres, doentes, presos e outros grupos. Pode-se ajudar pessoas e grupos desfavorecidos praticando caridade, mas quando estamos motivados pelo exercício da cidadania predomina o desejo de justiça social, pressionando os órgãos do estado a cumprirem o seu papel. Ainda há muita gente que acha que o papel das organizações da sociedade civil é praticar a caridade, o assistencialismo é bom que o façam, mas para que haja sustentabilidade é necessário fazer advocacia social pois é uma maneira de exercer cidadania de forma sistemática com projectos programas que podem ser monitorados e avaliados.

Em jeito de conclusão, o exercício da cidadania é fundamental para o desenvolvimento sustentável já que o desenvolvimento deve responder às necessidades e aspirações das pessoas sem ignorar a preservação do meio ambiente, isto não pode acontecer sem a participação consciente dos cidadãos, quando os cidadãos participam desde a concepção, implementação, monitoria e avaliação, protegem, valorizam sentem-se donos. É fundamental que aqueles que estão nos órgãos do estado tenham consciência de que o



Fotografia: ©Casimiro Nzau

povo delega o poder, mas não delega a soberania e que não basta estar na constituição que Angola é um estado democrático de direito é preciso criar as condições para o exercício da cidadania disponibilizando informação, organizando educação, formal, não formal obrigando mesmo os órgãos de comunicação social a divulgar de forma pedagógica as leis e orientações uteis as pessoas para que não sejam vítimas de oportunistas. ●

# CIDADANIA MÚLTIPLA, AVANÇOS MÚLTIPLOS

*Esther Pariente Martinet*

Cidadania é uma palavra viva, em constante movimento e reformulação. Cada vez e com mais frequência se apela a uma cidadania mais consciente e que participe de maneira activa na vida pública.

Dos bairros à luta contra a exclusão

Os bairros argentinos, também chamados de bairros miséria, são assentamentos informais, geralmente localizados na periferia das cidades, onde as condições de vida, comparadas com o centro da urbe, são precárias e os serviços mínimos não chegam. São lugares humildes que se associaram de maneira normal à miséria, à delinquência e à falta de oportunidades. Apesar de que a maior parte das pessoas que vive nestes lugares é gente trabalhadora que luta diariamente por uma oportunidade

Num desses bairros conhecido como antigo bairro de Carlos Gardel, em Buenos Aires, nasceu há 29 anos, Cesar Gonzalez, o mais velho de 5 irmãos. Desde pequeno que Cesar aprendeu o significado de responsabilidades, uma vez que foi obrigado a cuidar da família quando a mãe foi presa por roubo. Aos 13 anos deixou de estudar, não tinha nada, andava descalço, passando fome e frio. Para suprir estas necessidades começou a roubar, o que teve consequências negativas para a sua adolescência. Correu muitos perigos até acabar preso durante 5 anos por tentativa de sequestro.

As paredes escuras e frias da prisão serviram-lhe de inspiração. Aí começou a ler, a escrever poemas e a interessar-se por política e filosofia. Quando saiu da prisão aos 21 anos, matriculou-se no curso de filosofia na universidade de Buenos Aires.

Actualmente, este jovem argentino poeta e director de cinema aparece nos palcos de televisão, acompanhado dos livros e poemas que escreve, contando a sua história e reivindicando um futuro para os bairros, um futuro que vá além das exclusão e marginalidade. Teve o seu próprio programa na televisão

pública argentina, onde os protagonistas, jovens do bairro, contavam as suas próprias histórias, procurando lutar contra o estigma da marginalização e convertendo-se em voz pública, utilizando os meios de comunicação como veículo para melhorar o seu meio e para que se reconheça a dignidade das pessoas.

A mulher que luta contra os casamentos infantis

Outra figura importante na luta cidadã por melhorar a sociedade é Teresa Kachindamoto. Uma mulher que é reconhecida a nível internacional pela sua luta contra o casamento infantil. No Malawi, seu país de nascimento, mais de metade das mulheres são obrigadas a casar antes dos 18 anos. Segundo esta senhora, o casamento infantil além de ser um problema cultural também é uma questão económica, casamento significa dinheiro, o que para muitas famílias que vivem na pobreza significa um alívio nas contas de casa.

Depois de, numa viagem, conhecer um casal de 14 anos que já eram pais, Teresa começou a sua cruzada contra duas frentes, o casamento infantil e os rituais de iniciação sexual a que são submetidas as meninas.

---

*Apesar destas duas histórias terem protagonistas muito claros, elas não estão isoladas das suas comunidades e, por isso, em poucas ocasiões podemos falar de êxitos individuais, uma vez que a colectividade está sempre presente.*

---





Fotografia: <https://nuestromundoatravesdelasrevoluciones.wordpress.com/2015/11/06/la-primavera-arabe-2010-2015/>


No seu país, Malawi, a mulher não pode exercer cargos de liderança, mas ela, secretária de uma escola conseguiu ser líder em 2012. Desde então, começou um árduo e delicado trabalho para alcançar os seus objectivos. Arranjou 300 pessoas que fossem os seus olhos nas aldeias do distrito, que têm mais de 900 000 habitantes. Estas pessoas têm a missão de observar e dar a voz de alarme quando se apercebem de algum casamento infantil.

Quando isto acontece, Theresa corre para falar com os pais sobre a decisão de casar as filhas e tentar convencê-los a desistir da ideia. Procura convencer outros líderes ou chefes de aldeias para que sejam aliados da sua causa. Como resultado do seu trabalho já evitou mais de 2000 casamentos infantis no seu distrito.

O seu exemplo é admirado em conferências e eventos de meio mundo. Nas suas palestras consegue inspirar e motivar os que a escutam.

## REABILITAR ALDEIAS

Apesar destas duas histórias terem protagonistas muito claros, elas não estão isoladas das suas comunidades e, por isso, em poucas ocasiões podemos falar de êxitos individuais, uma vez que a colectividade está sempre presente.

No caso de Amayuelas, uma pequena aldeia de Burgos, em Espanha. O despovoamento e envelhecimento nas áreas rurais são um grave problema em muitas zonas do país. A falta de oportunidades faz com que os jovens emigrem para os centros urbanos e, com isso, pouco a pouco as aldeias e os povos vão morrendo. Por este motivo, um grupo de pessoas ligadas ao campesinato e ao movimento cultural decidiu, na década de 90, começar a trabalhar para reavivar as aldeias, o que fez com que se tivessem gerado novas iniciativas económicas e produtivas, sempre respeitando o meio ambiente. Além da economia, também se reactivou o contacto com a universidade rural Paulo Freire que tem como objectivo levar a formação ao mundo rural. 

*entrevista*

# ALEXANDRA SIMEÃO

ACTIVISTA SOCIAL

*Maria de Jesus Távares e António Gongga*



Neste espaço, conversamos com **Alexandra Simeão**, activista social e presidente da Handeka

---

## **O O que entende por Cidadania?**

A cidadania, para além de ser um exercício de valorização e prestação da nossa condição enquanto cidadãos no sentido de defender as coisas em que acreditamos, a nível dos direitos e deveres, é uma manifestação de bondade, de solidariedade, e de olhar para o outro que tem menos e sentir-me motivada a ajudar para que ele tenha tanto como eu. A cidadania não é só, eu pedir os meus direitos, é também salvaguardar o património que é comum.

É muito mais importante se a nossa cidadania se traduzir no dia-a-dia, nos actos que praticamos todos os dias. E quando isso acontece, se eu estiver consciente disso, passo a ser um canal transmissor de uma boa prática aos meus filhos, vizinhos, às pessoas que trabalham comigo, portanto, acabo por contaminar pela positiva um conjunto de pessoas.



entrevista

ALEXANDRA SIMEÃO

ACTIVISTA SOCIAL

### Como explicar a relação entre a cidadania e a participação?

As pessoas têm consciência da cidadania formal, mas falta-lhes a prática. E os Estados nem sempre conseguem tirar bom partido disso.

O estado podia poupar milhões de dólares se chamasse a população a participar, não só nos impostos. As pessoas quando são convidadas, participam, porque elas gostam de se envolver, de participar. Deviam se resolver centenas de problemas se o Estado fosse à comunidade com uma acção de igual para igual e dissesse: olha, estamos com problemas, qual é a vossa sugestão? Quando se pede opinião as pessoas, elas sentem-se parte do problema.

### Podemos começar com esta participação a partir da Escola?

Devemos começar. Este é um dos pontos que nós (HANDEKA), por exemplo, vamos tratar: a importância da comunidade junto da escola, para não só a comunidade estar junto da escola, mas como a própria participação estar integrada no Curriculum. Temos que pôr estas questões da humanidade, com o mesmo grau de importância, que atribuímos à Matemática, ao Estudo do Meio, à Língua Portuguesa e à História, se queremos criar cidadãos conscientes. Em sociedades éticas não nascem corruptos, porque as pessoas começam a aprender os princípios desde pequeninos. Temos o exemplo dos nórdicos. Estamos a falar de corruptos numa situação de generalização da corrupção, pois, as pessoas ao serem educadas com uma consciência ética, essa, mantém-se para o resto da vida.

### O que pensa sobre o exercício da Cidadania em Angola?

É precário! Porque a maior parte das pessoas não sabe o que isso é, sobretudo a população mais pobre, não lhe foi dada esta oportunidade. Pobre que significa mais iletrada, com menos acesso à informação, com menos capacidade de poder ter protecção. Até 2017, vivíamos num Estado que tinha uma política repressiva contra a opinião e a participação. Portanto, é natural que as pessoas, mesmo que ao nível da aldeia

---

*A cidadania vai para além da participação e do voto e numa sociedade onde as pessoas sejam educadas com base em princípios, esta torna-se numa sociedade muito forte, produtiva, solidária...*

---

quisessem participar, ninguém levantava um dedo porque isso poderia ser considerado subversivo. Há também a figura do medo que é real, o professor não podia dizer nada, porque era exonerado. O cidadão que trabalhasse numa instituição pública tinha que ficar calado. Quem falasse era considerado inimigo da Paz.

Felizmente, estamos numa altura em que foi criada uma grande expectativa, que espero que não seja frustrada, mas, até que provem o contrário, continuo na expectativa, acreditando que foi aberta uma janela de oportunidade que os cidadãos têm o dever de agarrar. As liberdades foram colocadas à nossa disposição, vamos agarrá-la de forma a nunca mais podermos abdicar dela.

**Estamos a viver uma nova era com a entrada de um novo presidente, que, pelo que temos visto, tem-se mostrado aberto para o diálogo, até que ponto isto é positivo para o exercício da cidadania?**

Qualquer abertura para o diálogo e disponibilidade para ouvir a sociedade civil é positiva e importante. Ficámos 42 anos inibidos de uma série de liberdades, por insuficiência de fraternidade, falta de solidariedade institucional e de visão. A visão não foi humana nem humanizada, era uma visão militarizada e partidária e que, de facto, tinha como missão manter-nos todos de bico calado. E obviamente isso se constituiu num drama muito grande, porque as pessoas perderam a sua capacidade activa, a sua capacidade de cidadão.

A cidadania vai para além da participação e do voto e numa sociedade onde as pessoas sejam educadas com base em princípios, esta torna-se numa sociedade muito forte, produtiva, solidária, fraterna e com sucesso; porque as pessoas



entrevista

**ALEXANDRA SIMEÃO**

ACTIVISTA SOCIAL

não roubam do erário, não mentem, não são corruptas, as pessoas participam e contribuem.

### **Como podemos compreender a relação entre a Cidadania e os Direitos Humanos?**

A relação é intrínseca, porque no fundo, o acto de cidadania vai sempre estar subjacente à promoção, aceitação e até, de alguma forma, pôr em prática os nossos direitos. Se não os temos, a cidadania serve para reclamar; se temos, a cidadania serve de instrumento de medição da qualidade do usufruto desses direitos. Acho que não há cidadania sem, obviamente, falar dos Direitos Humanos.

### **Entende que o desenvolvimento das nações depende, em grande parte, do exercício da cidadania. Quer comentar?**

Um exemplo: um estado em qualquer parte do mundo, faz uma escola e entrega-a à comunidade. A escola pode ter um director eficiente, mas a partir do momento em que a escola é aberta, as crianças entram e danificam a escola toda. Prejudicadas são as próprias crianças.

Quando não há consciência cívica, quando esta noção de participação cidadã não está presente, a coisa pública passa a ser uma coisa que é exterior a mim, por isso eu posso estragar. Às vezes, falta a consciência de que aquilo que é público é de todos.

O exercício da cidadania ser-nos-á muito mais benéfico se começar desde criança. Ao nível da infância começa no respeito pelo outro, no respeito pela liberdade do outro, por aquilo que são as regras de conduta, pela noção de que a coisa pública é para respeitar, que roubar é feio, com noções de boa governação, de participação consciente, de solidariedade, inclusive de fraternidade, que é uma coisa que temos em dose insuficiente.

A necessidade que precisamos de criar para o século XXI, no nosso país, é a de criar cidadãos conscientes e

informados desde a nascença. Agora, para isso acontecer o cidadão tem de ser proactivo. Não podemos continuar com 50%, ou 30% da população sem registo, por exemplo. Não pode haver um cidadão em Angola que não tenha registo.

### **É presidente da Associação Handeka. Quais são os objectivos?**

Handeka que significa em Nganguela, “Oh tu! fala!”, tem como objectivo principal combater ou dirimir os inibidores do exercício da cidadania, como: a falta de registo cívico e o não acesso à educação primária, o medo de exercer a cidadania, o não acesso à informação.

### **Como é que os cidadãos podem contribuir para a concretização dos projectos públicos?**

As pessoas que têm filhos na escola deviam pensar em como reorganizar a figura da associação de pais que durante muitos anos foi uma associação militante e partidarizada, só defendia os interesses da administração

e da direcção da escola, raramente defendia os interesses da criança e dos pais. A escola pública tem de ser a principal instituição social do Estado.

### **E como podemos chegar a uma educação para a cidadania eficiente?**

A forma mais prática de começar a educação para a cidadania é na escola. Aliar a educação teórica à prática. Por exemplo, nas escolas, dar responsabilidades às crianças, como a limpeza dos espaços comuns, para elas perceberem o valor do trabalho das outras pessoas. É mais eficaz. Uma vez que é o lugar onde elas passam uma grande parte do tempo, no mínimo 6 horas por dia.

Portanto, a educação para a cidadania deve começar na escola e depois a nível das televisões, a nível das comunidades.

---

*Quando não há consciência cívica, quando esta noção de participação cidadã não está presente, a coisa pública passa a ser uma coisa que é exterior a mim, por isso eu posso estragar.*

---

**ALEXANDRA SIMEÃO**  
 ACTIVISTA SOCIAL



Fotografia: ©Renato E. de Araújo

### **Quais são os desafios do exercício da cidadania em Angola?**

Para mim, o principal desafio é inserir essas noções na escola, como encontrar um caminho para aliar o currículo formal do ensino primário, e obviamente depois pensar nos outros níveis de ensino, às questões de boa governação, democracia, Direitos Humanos e a própria cidadania, incluindo até noções que vão mais além, como a de solidariedade, a fraternidade e o amor ao próximo, que são vitais para manter em equilíbrio as sociedades.

Outro desafio tem a ver também com as organizações da sociedade civil, que eu acho que estão e podem ampliar o seu trabalho. Talvez não geograficamente, porque sabemos quais são as limitações, mas ampliar no sentido de promover mais espaços de educação para a cidadania.

E depois, a cidadania tem de reclamar espaço ao poder político e por fim a sensibilização das pessoas para o exercício da cidadania.

### **Palavra final aos leitores do Mosaiko Inform?**

Que continuem a participar nas acções que o Instituto Mosaiko faz, que cada um de nós se sinta um voluntário do Mosaiko, pela sua pertinência e importância do seu trabalho. Esta revista já existe há algum tempo e espero que não percam a capacidade de a financiar, pois é sempre um instrumento de trabalho para quem está noutras associações porque vai buscando informações que são absolutamente importantes para os trabalhos que os outros também desempenham.

E para as pessoas que conhecem o Mosaiko, sei que não podemos ajudar todos ao mesmo tempo, mas quem de nós puder, naquilo que puder, que seja sempre solidário, esteja presente, que participe, porque de facto a obra do Mosaiko, assim como de outras organizações, merecia um obrigado dos angolanos, porque o trabalho que fazem é para o bem de todos. ●

*reflectindo*

# EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: POSSIBILIDADES NO CONTEXTO ANGOLANO

*Cecilia Quitombe*

Abordar o tema educação para a cidadania é olhar para a história antiga e recente do exercício de cidadania, enquanto categoria de análise no mundo contemporâneo e moderno, onde os cidadãos encontram maior legitimidade para exercer a sua liberdade de expressão e advogar pelos seus direitos civis, políticos e sociais.

Historicamente o conceito de educação é anterior ao de cidadania, ou seja, a educação está intrinsecamente ligada ao processo de socialização dos indivíduos, ela é um desiderato fundamental para a construção de virtudes, hábitos e valores sociais. Inicialmente a educação ocorre no seio familiar e posteriormente, na escola, creche, igreja, mas muitas vezes os dois espaços se confluem. A função educativa sempre foi encarada como desafio para os agentes de socialização, ressaltar que a mesma sofre diversas metamorfoses, passando da educação centralizada para a democrática, mas ainda hoje os modelos educativos encontram empecilhos no processo de relações sociais entre os seres humanos.

A cidadania é um conceito ligado à civilização Grega e ao Estado Romano nos séculos VII-VI a.c. Mas foi sendo transformada ao longo do tempo, e numa abordagem mais recente, está relacionada com a idade média, sobretudo, nos finais do século XVI, com o surgimento do Estado Liberal, com a revolução americana e a mais conhecida e impactante revolução francesa, esta última que criou bases céleres para a construção do Estado democrático e de direito, difundido em três palavras de ordem “*liberdade, igualdade e fraternidade*”.

Depois do exposto acima, percebe-se que a educação para cidadania é um imperativo construído à base de revoluções sociais, que visa a construção de Estados de direito e democráticos, a consolidação da cidadania não se deu de forma linear muito pelo contrário se dá como um luta quotidiana, abstracta marcada pelas conquistas e confrontos entre os diferentes grupos ou classes sociais.







Fotografia: ©Gabriel Kahenjengo

A educação para cidadania no contexto angolano, se torna um desafio, se olharmos para a história antiga e recente da construção do Estado Angolano, factores como a colonização, guerra civil, influenciaram de maneira negativa/positiva na consolidação de uma consciência colectiva de pertença. Angola, tornou-se formalmente um Estado de Direito e Democrático em 1991 com aprovação da primeira Lei Constitucional, que consagrou a democracia multipartidária, as garantias dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o sistema económico de mercado. Enfatizar que a referida lei tinha um carácter transitório, que culminou em 2010 com a aprovação da Constituição da República.

Uma das questões que faço sempre que abordo as questões ligadas ao exercício de cidadania é, quem é o cidadão angolano? Será aquele que a Constituição da República descreve e “ *muito bem* ”? Ou será aquele cidadão real, que quotidianamente corre atrás do tempo para proporcionar a si e a sua família a subsistência? Será que devemos reduzir o cidadão angolano aos anos eleitorais? Será que os angolanos têm consciência plena dos seus direitos e deveres na construção de um Estado democrático? Como o Estado salvaguarda verdadeiramente os interesses da cidadania? Como salvaguardar por exemplo, os direitos de uma mulher/cidadã Zungueira, que apanha diariamente do Estado através do exercício da força?


Na tentativa de trazer alguns elementos do contexto angolano, cabe-nos aflorar que a educação para a cidadania, passa pela compreensão do papel do Estado na preservação dos direitos dos cidadãos angolanos, através da criação de espaços de debates e confronto de ideias, para que o processo de inclusão seja eficaz.

É importante pensar a educação para a cidadania como a criação de condições sociais que promovam o acesso aos serviços sociais básicos para a população. Entendemos que o acesso à educação, saúde,

habitação, protecção social, água e saneamento, e outros serviços, alargam as liberdades e promovem a inclusão e justiça social aos diferentes grupos marginalizados socialmente (mulheres, crianças e jovens, pessoas com necessidades especiais).

Um dos princípios basilares para ser considerado cidadão em Angola é a obtenção do registo de nascimento, mas infelizmente observamos que um número estimado em 4 milhões de cidadãos não tem registo de nascimento, bilhete de identidade, isto, representa uma violação de direitos, que pode impossibilitar determinados cidadãos acessar a outros direitos.

Garantir a educação para a cidadania significa, abraçar uma nova ordem de relações de poder entre os cidadãos e as estruturas de governação, ou seja, é preciso salvaguardar a participação cívica dos cidadãos em todos os processos sociais, olhando-os como parte interessada no processo de desenvolvimento social. A cidadania envolve a manifestação da consciência e responsabilidade colectiva, por isso, é importante, que se criem escolas capazes de transformar os indivíduos em cidadãos críticos à realidade a sua volta, para que consigam questionar a ordem das coisas e transformá-las a favor da geração presente e futura.

Ao alargarmos as liberdades através do exercício de cidadania é importante reconhecer o papel dos diferentes actores sociais, desde as igrejas, sociedade civil, sindicatos, grupos de pressão e órgãos da comunicação social, pois todos têm um papel fundamental em apoiar os cidadãos para a compreensão dos grandes temas estruturantes da sociedade, apoiar na criação de condições para o acesso aos direitos e sobretudo, garantir o emponderamento das comunidades para que as mesmas tenham voz e vez na arena das disputas, lutas e conquistas por direitos iguais e justiça social. 

# CIDADANIA, UM EXERCÍCIO NECESSÁRIO PARA O NOSSO TEMPO

*Édmio Makundi*

Falar de cidadania é falar do exercício dos direitos e deveres civis, sociais e políticos estabelecidos na Constituição de cada país. Ela é inerente à condição de cidadão, indivíduo que vive de acordo a um conjunto de estatutos pertencentes a uma comunidade política e socialmente articulada.

Assim, ao falar de cidadania como um exercício para o nosso tempo é importante destacar que a cidadania é uma qualidade necessária para a promoção da Justiça Social. Tal conceito vem aliado ao conceito de sociedade e democracia. Pois, os problemas de um país não serão apenas resolvidos pela acção do Estado ou do mercado. É preciso um novo pacto, que ressalve o dever do Estado de dar condições básicas de cidadania, garanta a liberdade do mercado e da competição e, para evitar o conflito entre esses dois interesses, permita a influência de entidades comunitárias.

Afinal o que é a cidadania? É a pertença activa e passiva de indivíduo a um Estado – noção com certos direitos e obrigações universais em um específico nível de igualdade (Janoski 1998).

Uma boa cidadania implica que os direitos e deveres estejam interligados, o respeito e cumprimento de ambos contribuem para uma sociedade mais equilibrada e justa.

Actualmente, as sociedades vão ganhando novas dinâmicas com particular destaque para as sociedades democráticas, onde reside no povo todo poder que é investido às instituições do Estado e seus representantes. Porém, se tem vindo a verificar que isto não é absoluto. O facto do povo escolher os seus representantes não significa que este esteja isento de colabo-

---

*Uma boa cidadania implica que os direitos e deveres estejam interligados, o respeito e cumprimento de ambos contribuem para uma sociedade mais equilibrada e justa.*

---

rar, contribuir para a massificação e prossecução das políticas públicas.

Acredito não ser desprezível olhar para o binómio cidadania versus democracia uma vez que a democracia permite criar condições férteis para o exercício pleno da cidadania. Uma sociedade que persegue a justiça social e o bem-estar dos seus cidadãos não se promove sem o olhar atento à cidadania, porque esta impulsiona a participação activa e directa dos cidadãos na vida pública do Estado e, um cidadão que conhece os seus deveres consequentemente conhecerá os seus direitos.

Importa referir que por consequência do desenvolvimento progressivo das sociedades, hoje a democracia vem se fazendo a partir das ruas, da sociedade civil e de outras instituições não estatais. A democracia participativa vem tomando proporções significativas no que tange a influência que os grupos de pressão, movimentos e associações exercem e que incidem sobre vida social dos cidadãos gerando contributo para vida pública. As transformações ocorridas nas sociedades, nos dias de hoje, apontam para um cenário em que se torna imprescindível a educação como factor para o desenvolvimento da sociedade. Desenvolvimento este configurado não somente no âmbito dos avanços tecnológicos e do mercado de trabalho, mas es-



sencialmente para que o indivíduo, como membro de uma estrutura social possa conviver harmonicamente com os demais seres humanos.

A educação na sociedade serve como estrutura intermediária e para tanto, essencial para a promoção da dignidade da pessoa humana, para a construção da cidadania e consolidação de um Estado Democrático. Para que o cidadão possa actuar nas associações, partidos políticos, sindicatos etc., é necessário que ele tenha acesso à formação educacional, ao saber sistematizado.

Por conseguinte, há em Angola diversas instituições que vêm promovendo o exercício pleno da cidadania através das suas acções e programas, gerando oportunidades e situações de melhoria das condições de vida dos cidadãos, como por exemplo: Mosaiko, AJPD – Associação Justiça Paz e Democracia, Omunga, ADRA - Associação para o Desenvolvimento Rural de Angola, Voluntariado da Universidade Católica de Angola (VUCAN).

O realce incidirá sobre o Voluntariado da Universidade Católica de Angola (VUCAN) O Voluntariado é um traço fundamental da Universidade Católica de Angola que promove uma cultura solidária capaz de construir uma Angola justa e fraterna, na qual os futuros profissionais deverão ser os protagonistas. O VUCAN propõe aos jovens o exercício da solidariedade e da cidadania mediante o serviço social.

É importante olhar para a cidadania como um exercício que promove ou impulsiona o desenvolvimento das sociedades

Logo, é necessário olhar para a necessidade de elevar o exercício da cidadania não apenas como uma tarefa do Estado mas como uma tarefa de todos, O Estado deve criar condições, programas, ferramentas capazes de permitir aos cidadãos o gozo pleno e efectivo dos seus direitos isto passa não só pela garantia dos direitos e liberdades fundamentais mas também pelo respeito das diferenças e da dignidade da pessoa humana. ●



# breves

## MOSAIKO PARTICIPA NO INDABA 2018



Fotografia: ©Nelson João

À convite da **NCA**, o **Mosaiko** participou entre os dias 5 e 7 de fevereiro, na 9ª Conferência Internacional sobre Recursos Naturais “**Indaba**”, que decorreu em Cape Town, na África do Sul.

Sob o lema “fazer os recursos naturais funcionarem para o bem das pessoas: pela justiça legal e reformas políticas e institucionais” o evento reuniu representantes de organizações da sociedade civil de países africanos. Do Mosaiko estiveram presentes o director geral, frei Júlio Candeeiro e os assessores de Direitos Humanos irmã Joana Janja e Agostinho Lumati.

A conferência que durou três dias, teve como objectivo providenciar uma plataforma internacional das organizações da sociedade civil, motivar as comunidades afectadas pela actividade mineira a trabalhar na advocacia e nos instrumentos de desenvolvimento estratégico que os empodera

No final, os participantes assumiram o compromisso de “continuar a trabalhar para exigir que os governos colaborem com as comunidades locais e se respeite os Direitos Humanos das pessoas que nelas vivem”. ●

## MOSAIKO PARTICIPA NA APRESENTAÇÃO DO OGE



Fotografia: ©UNICEFAngola/Heitor Lourenço

O **Mosaiko** | Instituto para a Cidadania participou no dia 30 de Janeiro, na cerimónia de apresentação da Análise Temática do Orçamento Geral do Estado 2017/2018, na sala de conferências do Instituto Nacional da Criança (INAC).

A actividade foi organizada pela **Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA)**, com o apoio do **UNICEF-Angola**, em parceria com o **Observatório Político e Social de Angola (OPSA)** e o **Mosaiko**.

Mais de 100 pessoas marcaram presença no evento, entre membros do governo e de organizações da sociedade civil, deputados e pessoas singulares.

Na abertura o representante do **UNICEF** em Angola, **Abubacar Sultan**, disse que no seu entender “os sectores da educação, saúde, água e saneamento, registo de nascimento e protecção social não podem ser deixados para o outro plano”, devem constituir-se em prioridades do Orçamento Geral do Estado.

O **Mosaiko** fez a apresentação da análise temática dos Orçamentos Gerais do Estado 2017 e 2018, nas províncias do Uíge, Kuanza-Norte e Lunda-Norte ●

Construindo  
Cidadania

Rádio Ecclesia | 97.5 FM  
ZAP | Canal 504

Sábado às 08H30 e Domingos às 22H00

